

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

Introdução

Durante o ano de 2003, a Seap/PR, em seu papel indutor e impulsionador do desenvolvimento da aquicultura e pesca nacional, consolidou o processo de construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca.

Processo este que foi iniciado com a realização de 27 conferências em todos os estados e no Distrito Federal e teve como ápice a 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, na qual 953 delegados e delegadas, de um universo de 1.056 eleitos, discutiram e aprovaram os subsídios para a construção de uma política de desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca que respeita as particularidades regionais e a pluralidade de opiniões.

O papel do estado, por meio da Seap/PR, será fomentador, investindo na modernização da cadeia produtiva da aquicultura e pesca, estimulando parcerias com os estados e municípios e incentivando o cooperativismo e o associativismo. Terá como meta dotar os setores da aquicultura e pesca de infra-estrutura de suporte das atividades que contemplem não só o incentivo à criação de indústrias modernas de beneficiamento do pescado, construção de entrepostos e frigoríficos, ampliação, renovação e modernização da frota pesqueira, como também o apoio à exportação e comercialização interna.

Para o sucesso de uma política com tal envergadura são necessários substanciais

investimentos em pesquisa para alavancar o desenvolvimento tecnológico, revisão da legislação e uma ação do estado mais ativa, permitindo o controle da atividade e a agilidade no estabelecimento de políticas desenvolvimentistas, garantindo, desta forma, sua sustentabilidade.

A partir da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca resgatou-se a dívida do país com a pesca brasileira, que durante os últimos anos esteve relegada aos escalões inferiores da política e da economia, sendo responsável hoje por 834 mil empregos diretos, 2,5 milhões de indiretos e por uma renda anual de 4 bilhões de reais.

Além disso, os setores passam a ser incentivados por políticas de desenvolvimento

sustentável que, segundo projeções modestas, podem elevar a produção brasileira de pescados, até o final de 2006, de 985 mil t/ano para 1,5 milhão de t/ano e criar mais de 150 mil empregos diretos e 400 mil indiretos, podendo dobrar a renda gerada.

Com o conjunto de instrumentos apresentados a seguir, o governo terá condições de imprimir um ritmo de crescimento próximo a 20% ao ano na produção de aquicultura e pesca, transformando-a em parte substancial do esforço de desenvolvimento econômico e social do país.

Justificativa

O Brasil possui uma costa marítima com cerca de 8,5 mil km de extensão e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de aproximadamente 3,5 milhões de km², que corresponde a quase metade de seu território. Além da favorabilidade de seu clima, possui cerca de 12% do total da reserva de água doce disponível do planeta e mais de 2 milhões de

hectares de terras alagadas, reservatórios e estuários, o que o coloca como a última grande fronteira da aquicultura no mundo. Os recursos pesqueiros de suas águas marinhas e doce, embora ainda não levantados em toda sua extensão, constituem importante fonte protéica e um potencial considerável para a produção de alimentos, havendo também potencialidade de desenvolvimento da pesca brasileira em águas internacionais.

A expansão das aquiculturas marinhas e de água doce, que cresceram em média 25,2% ao ano no período 1997-2002, é o exemplo mais significativo das possibilidades de aproveitamento racional e sustentável de sua potencialidade pesqueira. A aquicultura, responsável em 1994 por 4,3% do total de pescado, contribuiu em 2002 com 26,4%, o que permitiu ao Brasil passar do 35º (1999) para o 26º lugar no ranking internacional estabelecido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

A partir destes dados, é possível constatar o importante papel que a aquicultura e a pesca podem desempenhar na implementação do Programa Fome Zero, sobretudo por meio do aumento da produção de pescados, da conseqüente redução de seus custos e da melhoria dos padrões de segurança alimentar. Segundo a recomendação da FAO, o pescado, graças às suas qualidades nutricionais e para a preservação da saúde humana, deve ter um consumo mínimo de 12 kg/hab/ano. No Brasil, entretanto, o consumo é de apenas 6,8 kg/hab/ano.

Situação da produção pesqueira e aquícola

Para a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República obter condições de formular e coordenar a implementação de políticas capazes de desenvolver os setores da aquicultura e pesca de forma sustentável, sob as perspectivas econômicas, sociais e ambientais, torna-se fundamental traçar, inicialmente, um diagnóstico dos principais problemas a serem enfrentados.

Inserção internacional

A produção mundial de pescados, segundo dados da FAO, foi da ordem de 126 milhões de toneladas em 2000. Desse total, 97 milhões tiveram origem na captura e 29 milhões da aquicultura. A produção da pesca extrativa encontra-se estagnada, próxima do seu limite sustentável. Em contrapartida, a produção da aquicultura vem ganhando importância na oferta total de pescados, com um crescimento mundial médio de 7% ao ano nos últimos cinco anos. Apesar dessa expansão da produção, estima-se que em 2010 o déficit de pescado será de 25 milhões de toneladas, isso se a expansão da demanda mundial mantiver o nível atual de 14 kg/ano de consumo per capita.

Em 1998, o déficit do setor pesqueiro na balança comercial brasileira foi de US\$ 353

milhões, mas em 2001 essa situação foi revertida, com um superávit de US\$ 22,65

milhões. Em 2002, estima-se que as exportações brasileiras de pescado tenham chegado a US\$ 283,54 milhões, com um superávit de US\$ 129 milhões. Embora isto ainda reflita numa participação muito baixa no mercado internacional de pescado, demonstra um razoável potencial de crescimento.

O Brasil pode elevar o montante de suas exportações, aproveitar o potencial produtivo presente na aquicultura e desenvolver a pesca oceânica de profundidade e de espécies altamente migratórias e transzonais, apresentando vantagens em relação a países com grande tradição pesqueira, principalmente devido à proximidade dos portos brasileiros às áreas de pesca.

Política anterior

A política anterior do Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA/Mapa tinha como

diretrizes o desenvolvimento sustentável do agronegócio da pesca e da aquicultura, a geração, adaptação e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos e a definição de requisitos de qualidade, sanidade e segurança para os produtos de origem pesqueira. Sua estratégia esteve voltada para o fomento da pesca oceânica na ZEE e em águas internacionais, o desenvolvimento da aquicultura continental e marítima, a recuperação e a racionalização das pescarias costeiras, a inserção competitiva no mercado internacional e a abertura de espaços para a atração de capitais, tendo como vetores estratégicos a pesca oceânica e a aquicultura.

Embora tais políticas e estratégias contemplassem, formalmente, a pesca artesanal, a aquicultura familiar e a recuperação das pescarias costeira e continental, na prática houve um privilégio, quase exclusivo, ao agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura. As pescas costeira e continental – artesanal, familiar ou de micro e pequenos armadores – sofreram um processo de estagnação ou de queda, resultado, em parte, do modelo de gestão inadequado e da política aplicada, principalmente, em função da ausência histórica de um ordenamento apropriado e da conseqüente sobrexplotação dos estoques.

Apesar da recuperação sensível a partir de 2000 com o aumento da produção de 688 mil toneladas para 725 mil, a pesca extrativa manteve-se pouco acima do patamar anterior e a pesca costeira permaneceu bem abaixo. A única que manteve o ritmo crescente foi a pesca oceânica, chegando a produzir 752 mil toneladas em 2002. A aquicultura, por sua vez, também apresentou um crescimento constante, saindo de 32 mil t produzidas em 1994 para 260 mil t em 2002.

A pesca industrial, sobretudo a de arrasto e aquelas próximas à região costeira, tem afetado os estoques pesqueiros devido principalmente à captura e descarte da fauna acompanhante, gerando conseqüências na pesca artesanal e prejudicando a sustentabilidade desta atividade. Desta forma, a pesca industrial, de arrasto ou de outras modalidades, deve reduzir ao máximo a captura de fauna acompanhante ou garantir seu aproveitamento/utilização máxima. E, em casos de espécies sob controle, deve-se obedecer ao previsto na legislação.

O aumento da pesca de tunídeos, devido ao incremento da política de arrendamento de embarcações atuneiras de empresas estrangeiras, sob contrato com empresas nacionais, ocorreu sem a expressiva contrapartida de treinamento, uso ou desenvolvimento dos recursos humanos brasileiros e incorporação da tecnologia utilizada. O instrumento de arrendamento, em alguns casos, foi subtilizado em função da carência de mecanismos adequados de controle e fiscalização da atividade.

Em relação à pesca artesanal e de pequena escala, a rede de intermediação no processo de distribuição e comercialização – que vai do atravessador individual, geralmente alguém da comunidade que se especializa na compra e venda de pescado, até os representantes de empresas que compram e financiam a produção – constitui, hoje, um dos maiores entraves para que o pescador se aproprie dos ganhos engendrados pelo seu trabalho e para que os consumidores tenham um alimento sadio e de baixo-custo.

Problemas de sustentabilidade pesqueira

Nas condições já expostas, o governo, por meio da Seap/PR, tem como objetivos revisar e aprofundar as políticas em andamento para os setores da pesca costeira, continental e oceânica e para a aqüicultura e, ao mesmo tempo, formular políticas que permitam a inclusão social das comunidades pesqueiras e aqüícolas, desenvolvendo a pesca artesanal familiar e de micro e pequenos armadores e as micro e pequena aqüiculturas sustentáveis.

Procura-se, também, buscar atividades econômicas alternativas para os pescadores e aqüicultores que sobrexplotam os recursos biológicos, visando colaborar com a redução dos problemas, sobretudo os relacionados à fome, ao analfabetismo e à distribuição e comercialização de pescado.

O setor pesqueiro, no Brasil, representa aproximadamente 0,4% do PIB. Se considerarmos toda sua cadeia produtiva, incluindo a produção de rações, transportes, processamento e treinamento, esta participação alcança 2% do PIB, contando sobretudo com a pesca oceânica e a aqüicultura para sua expansão.

Entre as décadas de 60 e 80 verificou-se uma tendência de crescimento da produção de pescado, que alcançou 971,5 mil toneladas em 1985. A partir de 1986 assistiu-se a um contínuo decréscimo da produção, chegando a 640,3 mil toneladas em 1990. O principal fator apontado para esse declínio foi a sobrepesca, pela qual passam os principais recursos pesqueiros. Evidentemente, as políticas governamentais anteriores pesaram consideravelmente nos desequilíbrios do setor e no pequeno ritmo de crescimento global pesqueiro.

No entanto, a sobrepesca também é atribuída à frota ilegal e não registrada, à ausência de pesquisa aplicada e transferência/acessibilidade das informações ao setor produtivo, além da falta de educação ambiental e de alternativas aos pescadores artesanais.

A degradação dos rios e lagos tornou-se fator preponderante para a escassez dos recursos pesqueiros continentais. A falta de investimentos em saneamento básico, o desmatamento das matas ciliares, a construção de barragens e aterros, a canalização dos cursos d'água, a contaminação das bacias e o pouco envolvimento dos estados e municípios na política voltada ao setor pesqueiro têm contribuído para a degradação ambiental, a modificação das condições de reprodução e sobrevivência das espécies nativas e a redução dos estoques pesqueiros.

Estudos recentes apontam que mais de 80% dos principais estoques de pescados da costa marítima estão em seu nível de exploração plena, acima do nível sustentável ou em fase de esgotamento, com exceção da pesca extrativa costeira, em que houve recuperação das modalidades continental e oceânica, a partir de 1997, e um aumento substancial da produção por cultivo. Essa situação de desequilíbrio no processo de

crescimento aponta para o conjunto de problemas de sustentabilidade que deve ser encarado. Neste conjunto de problemas observa-se uma gama muito grande de conflitos, tanto entre pescadores industriais e artesanais e diferentes modalidades de pesca como entre diferentes usos da água, além de uma legislação ultrapassada e a falta de fiscalização, o que permite alta clandestinidade na produção e comercialização de pescado.

Observa-se, também, uma carência de informações sobre o setor, em virtude da inexistência de uma rede de informações e de um cadastro nacional de informações pesqueiras e aquícolas, bem como existência de pesquisas científicas incipientes, desconcentradas e de difícil acessibilidade, tanto para os agentes produtivos quanto para os órgãos governamentais envolvidos no desenvolvimento ou implementação das mesmas. Estes fatos comprometem a gestão dos recursos e a própria resolução dos conflitos. Conflitos esses que são exacerbados pela inexistência de uma política de zoneamento pesqueiro e pela não-regulamentação do acesso às águas da União, e ainda agravados pelo fato dos pequenos produtores não possuírem terras para a aquíicultura e pela equivocada concorrência nas atribuições de diversos órgãos de governo, inclusive para a documentação da frota.

A frota de embarcações nacionais é obsoleta, sendo composta por barcos de médio e pequeno porte, dotada de equipamentos ultrapassados e atua apenas em condições de navegação costeira, dependendo sempre de referências de terra pela indisponibilidade de equipamentos eletrônicos para navegação e para pesca. A grande maioria das embarcações artesanais não está registrada junto ao órgão licenciador, agravando o desconhecimento do esforço real de pesca sobre os recursos em exploração e dificultando seu manejo. Além disso, a fiscalização é ineficaz e com pouco controle sobre a frota, o que propicia a operação de embarcações ilegais, a ocorrência e uso indevido de embarcações não-autorizadas em capturas de recursos sob controle e a invasão das águas jurisdicionais brasileiras por barcos estrangeiros.

Problemas estruturais da aquíicultura e da pesca

Setor intensivo em mão-de-obra, a aquíicultura cresceu em média 25,2% ao ano nos

últimos cinco anos e envolve atualmente mais de 150 mil produtores, constituindo uma importante fonte de geração de empregos. Apesar disso, uma série de limitações dificulta o desenvolvimento de sua cadeia produtiva. Não existem políticas com visão dos diversos elos das cadeias produtivas das espécies cultivadas, há conflitos de interesses na gestão das águas, dispersão de esforços, carência de mão-de-obra capacitada, de modernas técnicas de manejo alimentar, de procedimentos sanitários e ambientais, de programas de investimento e financiamento para custeio da produção e insuficiência de alternativas necessárias para a engorda.

Embora existam diversas instituições de pesquisa para o estudo da reprodução de espécies de água doce e marinha no Brasil, seus resultados são pouco difundidos e aproveitados, em grande parte devido à baixa efetividade dos serviços de assistência técnica. Verifica-se ainda uma relativa desorganização dos produtores para a produção e comercialização de seus produtos.

A infra-estrutura de apoio à pesca é deficiente. A indústria naval nacional, bem como o setor pesqueiro, não dispõe de linhas de crédito adequadas para a construção de

embarcações pesqueiras. Há também uma carência de força de trabalho especializada e de tecnologia de pesca nos diversos segmentos das cadeias produtivas. Além dos fatores apresentados, faltam portos estruturados para embarque e desembarque de insumos e pescados, reparação de embarcações de pequeno porte (abaixo de 20 metros) e estruturas de armazenagem, agregação de valor e distribuição dos produtos pesqueiros e aquícolas.

A maioria dos terminais frigoríficos e entrepostos de pesca é controlada de forma que a distribuição e a comercialização do pescado in natura passem por uma longa cadeia de intermediação antes de chegar ao consumidor final, encarecendo-o sem que isso resulte em maior renda para o pescador e beneficie diretamente os intermediários. A quantidade de pescado industrializado é relativamente pequena, o que proporciona uma reduzida agregação de valor à produção pesqueira. Ocorre também uma defasagem considerável entre o preço pago ao pescador e o dos produtos industrializados.

Outro elemento que deve ser considerado é a freqüente ausência de infra-estrutura com equipamentos adequados para o serviço de inspeção sanitária, impedindo a comercialização de pescados, principalmente da aquíicultura de pequena escala.

Problemas sociais dos pescadores e suas comunidades

Grande parte dos trabalhadores vinculados ao setor pesqueiro está excluída da

proteção social do estado, pois além do alto índice de analfabetismo a maioria dos pescadores e tripulantes dos diversos tipos de embarcações pesqueiras nacionais não possui vínculos empregatícios com os proprietários dos barcos, nem é devidamente qualificada. Esse problema é particularmente grave na pesca artesanal, onde as relações de trabalho se dão, em sua vasta maioria, de maneira informal, por meio de contratos de parceria.

Pretextos como o acesso ao seguro-desemprego ou a simples sonegação de dados e impostos dificultam e servem de justificativa para a não-contratação legal da força de trabalho. A precariedade da legislação trabalhista específica para o setor pesqueiro, especialmente a relacionada aos segmentos feminino e artesanal, estimula a conivência entre o pescador e o armador no desrespeito à legislação, agravando a ausência de cobertura assistencial e social aos pescadores.

As limitações das linhas de crédito, a ausência da extensão, nos casos da aquíicultura e da pesca costeira e continental, e as dificuldades de acesso àquelas linhas e à extensão também representam um sério gargalo ao desenvolvimento do setor pesqueiro. Em geral, o crédito disponibilizado não chega da forma desejada ao tomador final do empréstimo devido à ausência de informação dos pescadores ou por relutância das instituições credoras. Logo, a falta de recursos, de informações e de orientações técnicas constitui um grande obstáculo à assimilação das inovações tecnológicas do setor pesqueiro.

No Brasil, os estudos e pesquisas a respeito dos recursos pesqueiros são dispersos e

insuficientes para o potencial do país como produtor de pescados, deixando o mesmo de explorar as potencialidades de sua ZEE, principalmente nas áreas oceânicas e de águas profundas, realizando uma política tímida de prospecção pesqueira nessas áreas.

O setor pesqueiro brasileiro não dispõe de técnicas, petrechos e embarcações adequadas, principalmente de longo curso, que possibilitem uma exploração pesqueira de acordo com seu potencial, em especial de áreas oceânicas de águas profundas.

As dificuldades para o desenvolvimento tecnológico da aquicultura e da pesca brasileira passam pela dependência de tecnologia estrangeira e pela alta taxa para importação de petrechos e equipamentos, sendo necessário equalizar taxas de investimentos em pesquisa aplicada aos setores em todos os segmentos das cadeias produtivas. A atual forma de exploração dos setores da aquicultura e pesca geram desperdícios que podem ser evitados.

Incentivos fiscais, por parte do governo, são necessários para a aquisição de máquinas, motores, equipamentos e petrechos nas atividades de aquicultura e pesca, de forma a garantir que as comunidades carentes possam usufruir das novas tecnologias disponíveis.

As tecnologias para o desenvolvimento da aquicultura com espécies autóctones de alta produtividade são incipientes e o número de técnicos e cientistas dedicados ao setor é reduzido, havendo uma grande carência de cursos de formação de aquicultores, pescadores e toda gama de profissionais envolvidos nos setores da aquicultura e pesca.

PROJETO POLÍTICO

Objetivo superior

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca articula atores e ações que estimulam a produção, promovem a inclusão social e contribuem para segurança alimentar e desenvolvimento do país.

Indicadores para 2006

- » Aumentar a produção da aquicultura e pesca em 50%, passando de 1 milhão de t/ano para 1,5 milhão de t/ano, respeitando a capacidade dos estoques pesqueiros definidos por meio de pesquisas científicas com ações de monitoramento e ordenamento.
- » Diminuir significativamente a pesca predatória.
- » Aumentar o consumo de pescado per capita, superando os atuais 6,8 kg/hab/ano e buscando o consumo recomendado pela Organização Mundial de Saúde, de no mínimo 12 kg/hab/ano.
- » Reduzir substancialmente o desperdício de pescado.
- » Incluir as comunidades indígenas e ribeirinhas no processo de desenvolvimento do setor.
- » Aumentar a renda média do produtor/pescador.
- » Triplicar o superávit comercial, com o aumento do valor exportado, passando de 129 milhões de dólares em 2002 para 387 milhões de dólares.

- » Reduzir a diferença entre o preço da primeira e da última comercialização.
- » Modernizar a cadeia produtiva da aquicultura e da pesca e ampliar ordenadamente seu parque industrial.
- » Gerar meio milhão de empregos, diretos e indiretos, nos setores da aquicultura e da pesca.
- » Aumentar a geração de renda, passando dos atuais 3,9 bilhões de reais para 7,5 bilhões de reais.

Pressupostos

- » Integração ao programa de segurança alimentar.
- » Participação social.
- » Democratização da informação, promovendo o exercício da cidadania e a responsabilidade do estado.
- » Construção participativa das medidas de ordem legal, envolvendo os setores da aquicultura e da pesca e as comunidades atingidas, considerando as peculiaridades, culturas e características específicas destes.
- » Sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- » Coordenação e gestão das relações e ações intergovernamentais e intragovernamentais, no âmbito nacional e internacional.
- » Integração, sinergia e convergência das políticas públicas de apoio à aquicultura e à pesca familiares.
- » Geração de emprego e renda.
- » Defesa dos interesses nacionais.

Resultados a serem alcançados

- R1. Participação integrando os atores sociais para a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca aprovado na 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.
- R2. Assegurar a sustentabilidade da atividade de aquicultura e pesca.
- R3. Setor de aquicultura estruturado.
- R4. Setores pesqueiros oceânico, costeiro e continental estruturados.
- R5. Política nacional de aquicultura e pesca gerando inclusão social.
- R6. Políticas de crédito e extensão pesqueira estruturadas e acessíveis para os setores da aquicultura e pesca.

R7. Desenvolvimento e difusão tecnológica gerando expansão da produção e redução de desperdícios.

R8. Produção de pescados contribuindo para o Programa Fome Zero.

Viabilização dos resultados

Estratégias

- » Assegurar a sustentabilidade dos setores da aqüicultura e da pesca por meio do ordenamento, reorganização, revisão legal, reforço do sistema de fiscalização e estruturação do sistema de informação pesqueira, além de assegurar o acesso da informação à sociedade.
- » Incentivo à criação de Conselhos Municipais, Estaduais, Fóruns Microrregionais e Câmaras Técnicas Locais de Aqüicultura, Pesca e Pesquisa, para que em conjunto com o Conselho Nacional da Aqüicultura e Pesca integrem as entidades representativas destes setores na construção democrática das políticas de desenvolvimento em todas as esferas governamentais.
- » Os governos federal, estaduais e municipais devem instrumentalizar programas agroindustriais para aqüicultura e pesca, inclusive instituindo legislações específicas para a agroindustrialização familiar.
- » Medidas que estimulem a proteção dos ecossistemas, de manguezais, complexos estuarinos e áreas de cultivo, estabelecendo uma legislação que assegure o bom uso dos recursos hídricos, o combate aos crimes ambientais e a despoluição das bacias hidrográficas, incentivando planos de gestão e fiscalização participativa.
- » Realizar programas de parceria entre estados, municípios e órgãos responsáveis pela fiscalização da legislação sanitária, tributária, ambiental e trabalhista em todas as dimensões do desenvolvimento, incentivando a participação das comunidades aqüícolas e pesqueiras.
- » Estruturar o setor da aqüicultura, incrementando pesquisas e produção de larvas e alevinos por meio de políticas de uso das águas públicas que considerem, dentre outros: o zoneamento das áreas para cultivo, integrando as cadeias produtivas das espécies; o associativismo e o cooperativismo, estimulando a implantação de fazendas e sítios de engorda, em especial de micro e pequenos produtores; o uso de tecnologias avançadas e a construção de indústrias de processamento, como frigoríficos, para agregar valor ao produto.
- » Articular a criação de mecanismos institucionais e técnicos, objetivando normatizar a aqüicultura como atividade zootécnica e a regulamentação da produção e a comercialização de “sementes” para a aqüicultura, buscando assegurar a origem e a qualidade das mesmas.
- » Estruturar o setor pesqueiro de águas fluviais e costeiras por meio do fortalecimento de legislação que priorize os pescadores artesanais, familiares e os micros e pequenos armadores, com o objetivo de reformar a infra-estrutura de distribuição e

comercialização, renovar a frota pesqueira artesanal, estimular a implantação de indústrias de beneficiamento de pescado e intensificar a proteção das áreas de repovoamento dos estoques pesqueiros, buscando alternativas econômicas para a população ribeirinha, racionalizando o uso das águas e priorizando a cessão do uso de áreas da União para as populações pesqueiras tradicionais.

» Ampliar a disponibilidade de linhas de crédito para os pescadores artesanais; estimular em conjunto com os órgãos competentes a criação de reservas extrativistas e/ou unidades de conservação; incentivar o estudo de mais espécies de peixes, crustáceos e moluscos no sentido de estabelecer o defeso de outras espécies e conseqüentemente viabilizar o recebimento do seguro desemprego pelo pescador e estimular a fiscalização conjunta entre os órgãos ambientais e as comunidades pesqueiras.

» Para reencontrar o equilíbrio e proporcionar estas alternativas, torna-se necessário a realização de investimentos na pesca artesanal em suas diferentes modalidades, destinando pelo menos 50% dos recursos orçamentários para o ano de 2004.

» Estruturar o setor pesqueiro de águas oceânicas, fomentando sua infra-estrutura, com a construção de terminais, postos e entrepostos pesqueiros, incentivando a indústria naval na construção e manutenção de embarcações modernas para a substituição dos barcos estrangeiros arrendados por barcos nacionais, intensificando o estudo e a pesquisa dos estoques pesqueiros da ZEE e das áreas pelágicas e reforçando a fiscalização e o controle da pesca de alto mar.

» Reestruturar o setor de comercialização de pescado de modo a reduzir a extensa cadeia de intermediação na distribuição e comercialização, que encarece os produtos, ampliando a oferta de pescados de qualidade e mais baratos para a população, garantindo o aproveitamento da fauna acompanhante (pescado não-comercial capturado) e estimulando o consumo de pescado industrialmente processado.

» Promover a organização do setor de beneficiamento e comercialização pesqueiro e aquícola por meio da implantação de programas de desenvolvimento e transferência de tecnologia, integrando os demais segmentos da cadeia produtiva em ações conjuntas com as comunidades, prefeituras e governos estaduais em locais estratégicos para o escoamento da produção.

» Manter e ampliar as iniciativas da Seap/PR em campanhas nacionais de divulgação e promoção, objetivando o consumo massivo de pescado.

» Promover a propaganda e o marketing do pescado oriundo da aquíicultura e da pesca ressaltando os benefícios do consumo de pescado para a saúde.

» Utilizar a Política Nacional de Aquíicultura e Pesca prioritariamente para gerar inclusão social, criando grande quantidade de empregos, aumentando a renda e sua distribuição de forma mais eqüitativa, ampliando a oferta de alimentos protéicos de qualidade e baratos para a população, alfabetizando a totalidade dos pescadores, qualificando-os profissionalmente, incluindo a proteção previdenciária e trabalhista do setor na legislação, incluindo as trabalhadoras, intensificando o estudo, a prevenção e o tratamento das doenças adquiridas na pesca, melhorando a situação habitacional das

comunidades pesqueiras, estimulando o associativismo e o cooperativismo, e implantando políticas de seguro para a frustração das safras.

» Criação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Aqüícola e Pesqueiro como instrumento eficaz de inserção do aqüicultor/ pescador familiar no processo socioeconômico, cultural e político.

» Propor aos órgãos responsáveis a destinação de parte dos recursos das multas atribuídas aos setores de aqüicultura e pesca a programas de educação ambiental e formação profissional dos pescadores e aqüicultores.

» Estruturar políticas de crédito e extensão acessíveis, principalmente aos pescadores artesanais e micro e pequenos armadores e criadores, criando o Fundo Nacional da Aqüicultura e Pesca, abrindo linhas de crédito específicas para as diversas modalidades de criação e pesca, investindo em pesquisa e disponibilidade de informações, estabelecendo parcerias com estados e municípios e com instituições nacionais e internacionais voltadas para o desenvolvimento sustentável da produção pesqueira.

» Propor a criação de uma política de preço mínimo para o pescado, garantindo aos aqüicultores e pescadores a possibilidade de utilizar sua produção como garantia por meio da “equivalência produto” nos financiamentos pesqueiros e aqüícolas.

» Estimular a criação de associações e cooperativas de produção, comercialização e crédito e promover cursos de gestão e capacitação administrativa para pescadores e aqüicultores, bem como produzir material didático que contenha a legislação específica e as normas de constituição dessas organizações.

» Implementar ações de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento da aqüicultura e pesca, seguindo uma política homogênea, visando gerar e subsidiar programas que respondam, com objetividade demandas específicas desses setores utilizando-se de parcerias com centros de pesquisa existentes e com o setor produtivo, disponibilizando informações a respeito das atividades, assim como contribuir com investimentos financeiros e ter prioridade na absorção dos resultados gerados por essas ações.

» Promover o fortalecimento da pesquisa aplicada à pesca, aumentando a interação entre pesquisadores e pescadores, produzindo conhecimentos compartilhados indispensáveis na constituição do ordenamento, manejo e extensão na atividade pesqueira.

» Contribuir decisivamente para o Programa Fome Zero priorizando a implantação de projetos de desenvolvimento de aqüicultura e pesca costeira e continental nas regiões de maior carência alimentar, implantando o aproveitamento da fauna acompanhante e estimulando a captura de novas espécies por meio da garantia de sua comercialização.

» Fortalecer a Seap/PR de forma ampla e plena, dotada de recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura descentralizada, conferindo-lhe status político-institucional compatível com o nível das potencialidades produtivas de todo o país para enfrentar os desafios da globalização e das negociações competitivas entre as nações.

» Fortalecer os escritórios estaduais da Seap/PR, atribuindo-lhes a função de órgão facilitador dos processos de licenciamento das atividades de aquicultura e pesca.

PLANO DE AÇÃO

Atividades

A1. Manter ativos os Grupos de Trabalhos Estaduais – GTEs, transformando-os em coordenações estaduais da aquicultura e pesca para contribuir com o trabalho dos escritórios estaduais da Seap/PR.

A2. Realizar a 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, precedida, quando possível, por conferências municipais e estaduais, envolvendo um número maior de pescadores e aquicultores e ampliando a participação destes na construção de uma política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca brasileira.

A3. Publicar e divulgar as resoluções da conferência.

A4. Instalar e fazer funcionar o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.

A5. Adaptar o orçamento de 2004 da SEAP/PR para atender as prioridades de ação definidas pela 1ª Conferência Nacional.

R2. ASSEGURADA A SUSTENTABILIDADE DAS ATIVIDADES DE AQUICULTURA E PESCA

Indicadores

» Eliminação da clandestinidade da atividade pesqueira.

» Melhoria da situação econômica, social e ambiental nas áreas de cultivo.

Atividades

A1. Realizar o ordenamento pesqueiro.

» Criação e ampliação das reservas extrativistas cogestionadas entre estado e comunidades a fim de otimizar planos de manejo e ordenamento preservando os recursos pesqueiros futuros.

» A SEAP/PR deverá fomentar a criação e a consolidação de unidades de conservação, categoria resex, juntamente com o Ibama, buscando uma intervenção que vise promover a recuperação das áreas degradadas associadas aos ciclos de vida das espécies aquáticas, promover a revitalização das bacias hidrográficas, remediação das áreas contaminadas e ampliar as formas e os modelos de fiscalização sobre ações que infrinjam a legislação ambiental, aquícola e/ou pesqueira.

» Promover ações para recuperação dos estoques comprometidos pela sobrepesca, por meio da gestão co-responsável (governo, ciência e setor produtivo organizado) dos recursos pesqueiros e aquícolas, com responsabilidade.

» Criar e apoiar comitês permanentes de gestão dos recursos pesqueiros como forma de garantir o desenvolvimento sustentável da atividade sob a ótica governamental, científica e socioeconômica, a começar pela reativação do Comitê Permanente de Gestão dos Recursos Pesqueiros Demersais de Profundidade.

» Incentivar o uso de alternativas de pesca mais seletivas, adotando malhas maiores e novas técnicas de menor impacto e capturando animais maduros sexualmente, contribuindo assim com a recuperação dos estoques.

» Aprimorar estudos científicos para determinar com maior precisão os períodos de defeso, as áreas exclusivas de pesca artesanal e industrial, as informações sobre biologia das espécies, ecologia dos ambientes, seletividade dos petrechos de pesca, envolvendo as características locais e a prática pesqueira das respectivas comunidades e aproveitando sua experiência empírica.

» Realizar estudos sobre a capacidade produtiva dos recursos pesqueiros bem como sobre as tecnologias economicamente viáveis a serem adotadas, visando a

sustentabilidade desses recursos.

A2. Recadastrar os pescadores profissionais.

» Reorganizar o Registro Nacional de Pescadores Profissionais e Artesanais (documento único) com a participação das colônias de pescadores por meio de instrução normativa que estabeleça regras claras, assim como: a isenção da taxa do 1º registro do RGP para aqueles pescadores que não tenham condições de pagar, possibilitando o adequado acompanhamento das atividades pesqueiras, coibindo fraudes e situações irregulares.

» Promover medidas de desburocratização do processo de registro e licenciamento das embarcações pesqueiras, diminuindo a clandestinidade e favorecendo o controle sobre a atividade extrativa.

A3. Recadastrar a frota.

A4. Revisão da legislação existente.

» Promover a revisão da legislação referente à aquicultura e à pesca, simplificando normas e construindo regras claras e articuladas ao desenvolvimento sustentável destas atividades produtivas com a participação das entidades e comunidades na construção de um novo código de pesca.

» Instituir a obrigatoriedade da vinculação de informações educativas e elucidativas na venda de equipamentos, insumos e embarcações para pesca amadora.

» Sugerir à área ambiental do governo a flexibilização da lei de crimes ambientais no que se refere ao tratamento dado aos pescadores artesanais, de forma que os mesmos, ao cometer pequenas infrações, não sejam considerados “criminosos” ambientais, não sejam detidos e nem tenham seus materiais apreendidos, desde que não sejam materiais predatórios.

A5. Elaborar o zoneamento das regiões.

- » Promover e fomentar o zoneamento da aqüicultura e da pesca, considerando a sustentabilidade ambiental e envolvendo as entidades representativas destes setores.
- » Garantir o acesso dos pescadores aos locais de pesca de propriedade da União e/ou de caráter público, como praias, encostas de rio, lagos e canais, ainda que em limites com propriedades privadas.
- » Estabelecer política ativa de parceria com estados e municípios para fomento da aqüicultura e da pesca.
- » Incentivar um processo de auditoria fundiária e de monitoramento ambiental de todos os terrenos de marinha aforados pela União às Colônias de Pesca no Brasil e desviadas da função produtiva pesqueira.
- » Criar áreas exclusivas para frota artesanal na captura de lagosta com limites variáveis que serão definidos a partir de estudos para cada região com a participação dos órgãos ligados à pesca, ao meio ambiente e aos pescadores.
- » Revisão dos tamanhos mínimos da captura dos peixes com base nos critérios científicos estabelecidos por bacias hidrográficas.
- » A Seap/PR e os órgãos competentes deverão implementar um programa de manejo sustentável de captura de espécies ornamentais e fomentar o cultivo para os mercados interno e externo.
- » Apoiar e investir no zoneamento para determinar potencialidade de áreas para pesca, aqüicultura e preservação, além de promover ações que venham impedir a introdução proposital ou acidental de espécies exóticas.
- » Articular com os órgãos governamentais responsáveis a proibição da atividade de pesca de mergulho com compressor para a captura de moluscos, crustáceos e/ou coleta de espécies ornamentais.

A6. Dimensionar os estoques pesqueiros.

- » Realizar estudos sobre a dinâmica de espécies.
- » Promover ações conjuntas entre a Seap/PR e o Ibama para desenvolver e assegurar um programa de manejo sustentável para exploração comercial do jacaré por meio da aqüicultura ou abate em meio natural.
- » Delimitar nos biomas a vocação e potencialidades para aqüicultura, pesca e proteção.

A7. Delimitar e estabelecer regras de uso e manejo para águas de domínio da União.

» Promover ações que visem o tratamento de efluentes para a conservação e melhoria da qualidade da água, viabilizando a aquíicultura, a pesca e o abastecimento.

A8. Ampliar e equipar os serviços de fiscalização.

» Criar condições para uma efetiva fiscalização das grandes embarcações com observadores de bordo e controle dos estoques pescados.

» Apoiar os programas permanentes de fiscalização para proibir o descarte de águas de lastro de navios próximos à costa brasileira.

» Criar programas de fiscalização participativa e educativa.

» Propor aos órgãos de fiscalização que os materiais de pesca apreendidos em atividades ilegais sejam leiloados ou vendidos a preços mais acessíveis para os pescadores.

- Estimular que o processo de fiscalização deva ser acompanhado por medidas educativas no sentido de conscientizar sobre a importância da preservação das espécies e do meio ambiente, e o resultado do processo de fiscalização deve ser informado às comunidades.

- Qualificar os agentes de fiscalização, aumentando sua eficiência e interagindo com as comunidades pesqueiras, a fim de diminuir a quantidade de conflitos, combater a corrupção, o abuso de autoridade e a postura agressiva no processo de fiscalização.

A9. Implementar um Sistema Nacional de Informações e Estatísticas Integradas de Pesca e de Aquíicultura.

- Gerar banco de dados interligados em rede com informações sobre indicadores técnicos, econômicos, ambientais e sociais.

- Fornecer acesso a informações às instituições e aos usuários ligados às cadeias produtivas de aquíicultura e pesca por meio de um portal.

- Estruturar um sistema de dados e informações em parceria com entidades, órgãos federais, estaduais e municipais objetivando gerar dados estatísticos e informações confiáveis e atualizadas para a correta gestão dos recursos e o estabelecimento de

diretrizes consistentes para compor a política para o setor, garantindo ampla divulgação aos setores aquícolas e pesqueiro.

A10. Revisar e adequar a legislação sanitária para plantas de pequeno e médio porte.

- Incentivar a reestruturação dos serviços de inspeção sanitária e o aumento do

contingente profissional destes serviços para melhor atender à demanda, bem como agilizar o processo de inspeção do pescado pelo SIF.

- Criar um comitê técnico de barreiras sanitárias para traçar estratégias que impeçam a propagação de doenças nas espécies de pescado.
- Melhorar a fiscalização do pescado, eliminando a comercialização ilegal e a dupla tributação nas regiões fronteiriças.
- Efetivar a fiscalização sanitária.

R3. SETOR DE AQUICULTURA ESTRUTURADO

Indicadores

- Produção cresce em 100%.
- Redução dos custos da produção.

Atividades

A1. Dinamizar a aquicultura, integrando-a a atividades aquíindustriais.

- Desenvolvimento de estudos socioeconômicos das cadeias produtivas, planejando a comercialização e industrialização do pescado, a fim de garantir ganhos ao produtor ao mesmo tempo em que estabelece preços competitivos no mercado.
- Implantar novas unidades de produção de formas jovens, além de modernizar e ampliar as unidades já instaladas.
- Promover ações de apoio ao processamento, comercialização, marketing, exportação e certificação dos produtos da aquicultura, contemplando indústrias, associações e cooperativas.
- Buscar a interação entre todos os órgãos governamentais que tiverem interface com a aquicultura de forma a promover uma sinergia em apoio ao desenvolvimento sustentável da atividade.
- Fomentar o repovoamento de rios e reservatórios com espécies autóctones.
- Desenvolver a aquicultura em todos os estados brasileiros empregando um planejamento e zoneamento participativos considerando as potencialidades locais.
- Elaborar e implementar programas de treinamento, extensão, associativismo e cooperativismo em aquicultura voltados para pescadores artesanais, populações ribeirinhas e famílias assentadas pelo programa de reforma agrária.
- Promover o desenvolvimento sustentável e participativo da aquicultura, com especial atenção aos aspectos ambientais, sociais e econômicos.
- Estimular as potencialidades da maricultura brasileira com programas de fomento a atividade em nível artesanal e empresarial.

- Articular a captação de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para financiar projetos de ensino/capacitação de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente de ensino à distância.

- Priorizar áreas de interface identificadas no Programa Fome Zero.

A2. Apoiar a instalação e qualificação de indústrias de insumos e equipamentos para aqüicultura marinha e continental.

- Apoiar iniciativas empreendedoras do setor privado e acadêmico que busquem o desenvolvimento de biotecnologias aplicadas a aqüicultura.

- Estimular o desenvolvimento de tecnologias e assistência técnica em aqüicultura e pesca.

- Apoiar a condução de pesquisas, a estruturação de serviços de extensão e a capacitação de mão de obra qualificada no setor da aqüicultura.

A3. Implantar e operacionalizar, em conjunto com os órgãos competentes, programas de monitoramento ambiental, sanidade, biossegurança e certificação sanitária dos produtos aqüícolas.

- Orientar o setor produtivo sobre informações e trâmites necessários para iniciar empreendimentos aqüícolas.

- Criar condições para o desenvolvimento da atividade com regras e normas claras quanto ao licenciamento ambiental, cessão de águas da União, registro de aqüicultor e acesso ao crédito.

A4. Propor linhas de crédito para o investimento e custeio da safra aqüícola e agir como interlocutor entre o setor produtivo e as instituições financeiras de forma a garantir o acesso dos aqüicultores ao crédito.

- Analisar e apoiar reivindicações do setor produtivo no que tange a formação de fundos de aval e concessão de incentivos fiscais e tributários que contribuam para o desenvolvimento da atividade.

- Estimular e difundir o cooperativismo e o associativismo nos setores aqüícola e pesqueiro, facilitando o acesso ao crédito e diminuindo a burocracia para sua constituição.

A5. Incentivar a construção de indústrias de beneficiamento como frigoríficos e outras que agreguem valor ao pescado.

A6. Formulação de política de uso de água pública.

- Agilizar o processo de cessão de águas públicas para fins de aqüicultura.

A7. Articular a elaboração do código de conduta e de boas práticas de manejo para o desenvolvimento sustentável de uma aqüicultura ambiental, econômica e socialmente responsável.

- Estimular o debate conclusivo do Código Nacional de Aqüicultura e Pesca para orientação do setor e das demais instâncias de poder em âmbito estadual e municipal.

R4. SETOR PESQUEIRO OCEÂNICO, COSTEIRO E CONTINENTAL ESTRUTURADO

Indicadores

- Aumento da produção de pescados em 30% até dezembro de 2006.
- Redução do custo de produção.

Atividades

A1. Implantar um programa de fomento à infra-estrutura.

- Criar subsídios para óleo diesel, combustíveis, gás, gasolina e óleo lubrificante, considerando a capacidade de consumo de cada embarcação/equipamento para os setores pesqueiro e aqüícola.

- Reduzir a carga tributária sobre os insumos básicos e bens de produção das atividades pesqueira e aqüícola.

- Apoiar a isenção de ICMS para produtos, insumos e subprodutos da aqüicultura e da pesca como incentivo ao desenvolvimento da atividade.

- Criar programas especiais de financiamento e investimento públicos criando condições para massificar, junto às comunidades pesqueiras e aqüícolas,

infra-estrutura de armazenagem e beneficiamento de pescados.

- Articular com os órgãos competentes a implantação de logística de transporte,

considerando os pontos de desembarque de pesca e pólos de aqüicultura no

planejamento de construções e reforma de estradas.

- Incorporar aquisição de caminhões frigoríficos, por parte das comunidades de pescadores e aqüicultores, nas linhas de financiamento.

- Estruturar o setor pesqueiro com a construção de terminais pesqueiros, postos e entrepostos, incentivando a indústria naval de pequeno, médio e grande porte na construção e manutenção de barcos modernos para ocupação e exploração da nossa ZEE.

- Construir e/ou adequar os entrepostos, terminais e unidades de beneficiamento otimizando os canais de distribuição, comercialização e industrialização com o

incentivo à gestão associativa dessas estruturas por meio da criação de organizações que unam colônias, associações e cooperativas de pescadores e aqüicultores.

- Instituir o cadastro de estaleiros e fornecedores de aparelhos e equipamentos para pesca como forma de regulamentar e controlar a atividade.

A2. Incentivar programas de transferência de tecnologia para a conservação de pescado, aumentando a qualidade do produto e incrementando a comercialização.

- Criar mecanismos de financiamento de estruturas de armazenagem, distribuição e comercialização de pescado junto às Ceasas e outras unidades congêneres no país,

facilitando a instituição de canais regulares de comercialização de pescado.

- Elaborar programa de fomento ao aproveitamento, processamento e industrialização do pescado e à utilização dos subprodutos da pesca e da aqüicultura visando inclusão social e geração de emprego e renda nas comunidades pesqueiras e aqüícolas.

- Constituir parcerias com universidades, empresas de extensão e governos estaduais e municipais para proporcionar assessoramento técnico nas áreas de beneficiamento e comercialização.

- Criar selo de qualidade para certificação dos produtos da aqüicultura e pesca.

- Promover a pesca em águas internacionais observando-se as normas da Convenção das Nações Unidas para os Direitos do Mar e o Código de Conduta para uma Pesca Responsável da FAO.

A3. Implantar programa de substituição de barcos arrendados por barcos nacionais ou nacionalizados.

- Implantar um programa de financiamento específico para renovação, modernização, recuperação e ampliação da frota pesqueira, genuinamente nacional, com ênfase no estímulo à pesca oceânica, possibilitando a exploração soberana da ZEE e uma maior inserção do país na economia pesqueira internacional.

R5. POLÍTICA NACIONAL DE AQÜICULTURA E PESCA GERANDO A INCLUSÃO SOCIAL DOS PESCADORES E AQÜICULTORES

Indicadores

- Eliminar o analfabetismo ao final de quatro anos, ajustando o Programa de Alfabetização aos períodos de defeso como estratégia para consolidar o Projeto Pescando Letras.

- Aumento da qualidade de vida dos pescadores e aqüicultores (Índice de Desenvolvimento Humano – IDH).

Atividades

A1. Articular um programa de habitação para pescadores e aqüicultores familiares, adequado às suas realidades, considerando o acesso à água potável, saneamento básico, educação, assistência médica, eletrificação rural, esporte e lazer.

- Criar alternativas para garantir a permanência dos pescadores em seus locais de moradia e trabalho.

A2. Articular com os órgãos competentes a criação de um programa de atenção à saúde integral para os trabalhadores da aqüicultura e pesca.

- Programas de planejamento familiar, alcoolismo, drogas, DST, educação dos filhos e primeiros socorros.

- Viabilizar convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego/Fundacentro para realizar diagnósticos e estudos sobre doenças ocupacionais que afetam as

comunidades pesqueiras e aqüícolas, divulgando as medidas preventivas e o tratamento adequado.

- Solicitar ao Ministério da Saúde melhorias no amparo médico-odontológico assistencial, inclusive nas ilhas, com barcos ambulâncias.

- Realizar estudos das doenças adquiridas nas atividades pesqueiras.

- Debater legislação de segurança e saúde do trabalhador dos setores da aqüicultura e pesca.

A3. Implantar Programa de Alfabetização e Capacitação.

- Montar um grupo de trabalho conjunto entre Seap e MEC para alfabetização nas comunidades pesqueiras e com pescadores embarcados.

- Possibilitar ao pescador e aos aqüicultores o ensino formal por meio do acesso às escolas técnicas e universidades, principalmente para os jovens residentes nas comunidades pesqueiras, adequando os currículos às realidades locais, assegurando inclusive o transporte nas localidades.

- Apoiar a inclusão da disciplina "aprendendo a pescar com sustentabilidade" na grade curricular das escolas públicas das comunidades de pescadores, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, visando o estímulo à pesca sustentável e

ênfatisando a conservação dos recursos naturais e a segurança alimentar.

- Propor aos órgãos competentes a implementação da pré-escola para os filhos de pescadores e a garantia do acesso ao Bolsa Escola.

- Criar na Seap/PR um programa de qualidade para formação de mão-de-obra.

- Estimular a qualificação dos pescadores e aqüicultores familiares por meio de cursos profissionalizantes e de programas de capacitação permanentes adequados à realidade e voltados à melhoria das condições socioeconômicas e ambientais das comunidades pesqueiras e aqüícolas.

- Realizar programas de capacitação, qualificação e requalificação de pescadores e aqüicultores familiares em parceria com suas organizações, instituições de pesquisas, universidades e órgãos do governo.

- Programas de estímulo à cidadania, cooperativismo, direitos civis e meio ambiente.

- Programas de gerenciamento em negócios, beneficiamento e comercialização do pescado e gestão de estoques pesqueiros.

- Programas de combate a incêndio marítimo.

- Programas de capacitação de torneiro mecânico e motores, navegação e utilização de equipamentos eletrônicos e mestre de cabotagem.

A4. Criar comissão junto aos ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social/INSS para adequação da legislação trabalhista.

- Debater os contratos de parceria na pesca artesanal.

- Debater redução do tempo de comprovação da atividade de 3 (três) para 1 (um) ano para obtenção do seguro desemprego para o pescador artesanal.

- Debater regulamentação normativa das condições de trabalho na pesca e aqüicultura.

- Debater maior agilidade no pagamento do seguro-desemprego.

- Debater atividades específicas de pesca artesanal: marisqueiro, caranguejeiro, isqueiro e algueiro.

- Debater regularização dos profissionais da pesca e modernização das relações

trabalhistas, como, por exemplo, carteira profissional, aposentadoria, auxílio-maternidade e outros.

- Debater reconhecimento da dupla atividade nas comunidades agropesqueiras.

- Debater universalização do sistema de aposentadoria, com redução da idade para a aposentadoria, observando a questão da insalubridade, periculosidade da atividade e os períodos de descontinuidade do registro profissional.

- Debater programa itinerante de registro de documentação para pescadores

artesanais e aqüicultores familiares, com isenção de taxas.

- Debater a reciclagem dos recursos humanos do INSS para que o mesmo possa cumprir seu papel com eficiência e menos burocracia junto aos pescadores.

- Articular com os órgãos competentes para que as Declarações de Atividade Rural emitidas pelas colônias, sindicatos e associações sejam aceitas como documento comprobatório na obtenção dos benefícios previdenciários por tempo de serviço e para aposentadoria, envolvendo as cooperativas de pescadores.

- Articular com os ministérios do Trabalho e da Previdência Social que todos os

trabalhadores do setor pesqueiro, barqueiros, guias de pesca, artesãos, associações e cooperativas de pescadores e de atividades afins possam assinar as Declarações de Atividades Rurais exigidas pelo INSS para garantir os devidos benefícios previdenciários.

A5. Melhoria da organização dos pescadores

- Apoio dos governos federal e estaduais, com assessoramento logístico e financeiro, ao fortalecimento das organizações de pescadores artesanais e aqüicultores,

envolvendo órgãos com competência na gestão de crédito.

- Promover a organização das comunidades extrativistas independentemente da etnia de origem, vinculadas ao uso direto e indireto dos recursos pesqueiros das águas interiores, estuarinas e ou zona costeira.

- Propor a inclusão das associações e cooperativas como representantes legais dos pescadores artesanais.

- Equiparar as associações de pescadores e aqüicultores às colônias de pesca, desde que tais associações estejam legalizadas e representem uma comunidade pesqueira ou aqüícola.

- Debater representação sindical das colônias de pescadores no Brasil.

A6. Aumento da renda dos pescadores e incentivo à diversificação de suas atividades.

- Incentivar e fomentar a implantação de unidades de piscicultura economicamente sustentáveis em tanques-rede como alternativa de sobrevivência aos pescadores artesanais.

- Identificação com selo de qualidade para tratamento diferenciado e valorização dos produtos pesqueiros artesanais em áreas protegidas de desenvolvimento sustentável: reservas extrativistas, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico e reserva de desenvolvimento sustentável.

- Desenvolver programas de fomento ao turismo que beneficiem as comunidades pesqueiras e aqüícolas.

A7. Criar comissão conjunta entre Seap/PR e Secretaria Especial dos Direitos da Mulher para desenvolver programas para as trabalhadoras da pesca e aquicultura, elaborando um diagnóstico nacional da situação do trabalho da mulher pescadora e aqüicultora.

- Debater o reconhecimento da profissão da mulher pescadora, das escarnadeiras de siri, curtideiras de couro de peixe e outras.

A8. Estabelecer uma política de seguro da produção da aquicultura e pesca, criando uma política específica para as atividades pesqueiras e aqüícolas de regiões que venham a ser afetadas por desastres ecológicos ou epidemias.

R6. POLÍTICAS DE CRÉDITO E EXTENSÃO ESTRUTURADAS E ACESSÍVEIS

Indicadores

- Aumento do volume de recursos oferecidos para crédito, de modo que o governo incentive o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal e da aquicultura familiar, por meio de financiamentos com juros mais baixos e prazos de pagamento mais longos, de acordo com as possibilidades financeiras destes pescadores e aqüicultores.

- Aumento do número de produtores.

Atividades

A1. Criar políticas de assistência técnica e extensão pesqueira, em parceria com estados, municípios e outras entidades, que promovam iniciativas de desenvolvimento local sustentável considerando a família do pescador e do aqüicultor e suas organizações, visando a inclusão social e a qualidade de vida, adotando princípios de conservação, gestão ambiental e de pesca responsável.

- Criar e implementar um plano nacional de extensão pesqueira.
- Estimular e cooperar com estados e municípios para o desenvolvimento de políticas de fomento à produção pesqueira e aqüícola em todos os elos da cadeia produtiva.

A2. Criar o Fundo Nacional da Pesca com o objetivo de angariar verbas com destinação obrigatória à gestão dos recursos pesqueiros.

- Angariar verbas com destinação à gestão dos recursos pesqueiros.
- Construir um fundo de compensação, destinando uma parte dos impostos de empresas que utilizem de maneira impactante a zona costeira e ribeirinha, sobretudo das que utilizam recursos hídricos, tanto marinhos quanto fluviais.
- Criar o Fundo Especial de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar.
- Implantação do Fundo de Aval para assegurar o financiamento dos projetos de aqüicultura e pesca de natureza familiar.

- Plano de renegociação das dívidas e recuperação financeira dos pequenos pescadores, aquículturas familiares e colônias.
- Criação de um Fundo Garantidor para flexibilização das garantias nas operações de crédito.
- Criação das Câmaras Técnicas de Crédito Aquícola e Pesqueiro junto aos Conselhos Nacional e Estaduais da Aquícultura e Pesca, para garantir e promover a integração das ações ligadas ao Sistema de Crédito Rural.
- Inclusão de financiamentos para implantação, ampliação, modernização, racionalização e verticalização de produção pesqueira, assegurando a infra-estrutura necessária ao fortalecimento e sustentabilidade da aquícultura e da pesca familiar.
- Implementar parcerias com o objetivo de viabilizar a criação de novas linhas de crédito específicas para o setor aquícola e pesqueiro com a participação dos pescadores e aquícultores familiares.
- Criar linhas de crédito para financiar a subscrição de cotas-parte para integralização de capital em todas as modalidades de cooperativas.
- Realizar estudos setoriais, com definição dos parâmetros técnicos, econômicos, sociais e ambientais, de forma a subsidiar a viabilização da concessão do crédito, para os diversos segmentos da aquícultura e pesca.
- Realizar o acompanhamento e gestão das linhas de crédito já existentes buscando ampliar o acesso dos pescadores e promover uma melhor adequação das condições de financiamento à realidade do setor.
- Captar recursos junto a instituições nacionais e internacionais.

A3. Propor e articular a constituição de um fundo de compensação envolvendo royalties do petróleo e das hidroelétricas, geridos por conselhos gestores com vistas ao custeio de programas sociais dirigidos aos pescadores e de programas de desenvolvimento da atividade pesqueira, principalmente nas comunidades afetadas.

R7. DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO TECNOLÓGICA GERANDO EXPANSÃO DA PRODUÇÃO E REDUÇÃO DE DESPERDÍCIOS

Indicadores

- Maior instrumentalização tecnológica para o incremento da produção.
- Maior racionalização dos métodos de pesca e aquícultura.

Atividades

- A1. Realizar viagens de identificação/prospecção de áreas de concentração de pescado.
- A2. Realizar estudos e pesquisas para o aproveitamento e comercialização da fauna acompanhante.

A3. Readequar as embarcações pesqueiras e os métodos de pesca para diminuir o esforço em relação às espécies sobrexplotadas e estimular a captura das espécies subexploradas.

A4. Promover e investir na formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra e de técnicos especializados em aquíicultura e pesca.

- Implantar escolas de nível médio para formação de pescadores e aquícultores.
- Propor ao Ministério da Educação, em convênio com a Seap/PR, dotar os Cefets e/ou as Escolas Agrotécnicas Federais de condições para ministrarem cursos regulares de formação de técnicos em aquíicultura e pesca, bem como cursos de reciclagem de profissionais de nível médio.
- Propor ao Governo Federal a criação da Faculdade de Aquíicultura e Pesca.
- Integrar as instituições de ensino e pesquisa com os pescadores artesanais, considerando saberes, conhecimentos, projetos de vida e objetivos dos diversos grupos sociais na elaboração de trabalhos científicos.

A5. Realizar estudos para implantação de atratores e recifes artificiais.

- Coordenar a implantação de atratores e recifes artificiais articulando-se com órgãos ambientais, instituições de pesquisa e comunidades pesqueiras.

A6. Fortalecer as estruturas e entidades que se dediquem, tradicionalmente, a pesquisa e fomento das atividades de aquíicultura e pesca, visando apoiar as ações de desenvolvimento e a gestão dos recursos aquícolas e pesqueiros, sendo ainda contempladas a geração de informações a respeito das condições socioeconômicas dos aquícultores e pescadores.

A7. Editar um periódico da Secretaria com os estudos existentes, além de novos estudos, bem como disponibilizá-lo por meio do portal da Seap/PR.

A8. Incentivar estudos e pesquisas para identificar e dominar tecnologias de cultivo e melhorar os sistemas de produção para espécies nativas.

A9. Criar comissão conjunta entre a Seap/PR e o Mapa para a criação da Embrapa Aquíicultura, visando o desenvolvimento nacional da atividade e o incentivo à pesquisa da aquíicultura.

- Fortalecer as estruturas de pesquisa no país dedicadas ao setor de aquíicultura e pesca, privilegiando pesquisas que informem sobre as condições socioeconômicas dos pescadores, não se restringindo apenas às questões de produção e produtividade, e desenvolvendo metodologia de pesquisa participativa.

R8. PRODUÇÃO DE PESCADO CONTRIBUI COM O PROGRAMA FOME ZERO
Atividades

A1. Participação do pescado na cesta alimentar do Programa Fome Zero, promovendo o aumento da produção.

A2. Introduzir o peixe na merenda escolar com o objetivo de ressaltar a importância do consumo de peixe para as crianças brasileiras.

A3. Estimular a aquicultura em regiões de maior carência alimentar.

A4. Estimular a captura de espécies subexploradas.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Agradecemos a todos que não mediram esforços para que fosse possível a realização da 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

Ao Governo Federal, que apostou em uma política de desenvolvimento sustentável para o setor ao criar a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca. A todos os Órgãos e Ministérios do Governo Federal, em especial a Casa Civil e a Secom, que contribuíram na construção e encaminhamentos da Conferência Nacional.

Ao senhor ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, ao secretário especial adjunto, subsecretários, diretores, coordenadores, assessores, gerentes, chefes de escritório e trabalhadores e trabalhadoras da SEAP que acreditaram na superação de toda e qualquer dificuldade na mobilização e articulação para a realização da Conferência.

À Petrobras e ao Banco do Brasil, patrocinadores da Conferência Nacional, sem os quais não seria possível realizá-la com tamanho sucesso.

Aos delegados e delegadas das Conferências Estaduais e Distrital e da Conferência Nacional que foram os verdadeiros responsáveis pela realização desta 1ª Conferência Nacional.

- Ao Grupo de Trabalho Nacional (GTN) que teve o papel central na articulação e mobilização do setor aquícola e pesqueiro: Associação Brasileira de Aquicultura (Abraq) – João Petersen Neto; Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC) – Itamar de Paiva Rocha; Associação Brasileira da Indústria da Pesca Oceânica (Abrapo) – Rodrigo K. Fauze Hazin; Banco da Amazônia (Basa) – João Batista de Melo Bastos; Banco do Nordeste do Brasil (BNB) – Rita Ayres; Comando da Marinha – Capitão-de-Mar-e-Guerra Antonio Joaquim Gonçalves Moreira; Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) – Alexandre Guerra Espogeiro; Confederação Nacional dos Pescadores (CNP) – Walzenir de Oliveira Falcão e José Maria Pugas; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF) – Luis Rodrigues Leite Penteadó; Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conepe) – Eloy de Souza Araújo; Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) – Laurineide Maria Santana; Federação das Associações dos Engenheiros de Pesca do Brasil (Faep-BR) – Augusto José Nogueira; Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA) – Manuel Julião Serra; Movimento Nacional dos Pescadores (Monape) – José Alcides Barbosa dos Santos; Petrobras S/A – Erasmo Granado Ferreira; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR) – Sonia Hypolito; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – Ricardo Villela de Souza; Serviço Social da Indústria (Sesi) – Vitor Gomes Pinto.

- À Coordenadora-Geral de 1ª Conferência Nacional: Sônia Hypolito.
- À equipe de Coordenação: Jodette Guilherme Amorim, José Claudenor Vermohlen (Zeca), Leinad Ayer de Oliveira, Marcel Martins Frison e Marília Martins de Resende.
- À equipe de Relatoria, coordenada por Tatiana Lobão e integrada por: Adriane Lobo Costa, Alessandra Cardoso, Bruno Dayrell de Lima, Carlos Alexandre Gomes de Alencar, Erick Arthur Bastos Routledge, Felipe Matarazzo Suplicy, João Staub Neto, José Lescaut Liguori, José Rodolfo Rangel, Maria Luiza Moretzsohn, Rui Donizete Teixeira e Sebastião Saldanha Neto.
- À equipe de Infra-Estrutura coordenada por Claudete Martins e integrada por: Alexandra Rodrigues Rocha, Carlos Cantuária Salim, Claudia Domingues Cardoso, Edimário Rocha Miranda, Gilson Ribeiro da Silva, Josemilton Florêncio de Lima, Márcio José Brum e Tarsila Almeida y Sóter.
- À equipe de Apoio composta por Giselle Vieira dos Santos, Juliana Maria de Azevedo Dias, Luis Fernando Santos, Marcela de Castro Trajano, Paulo Sandoval Junior e Sandra Caixeta dos Santos.

Que os princípios e os sonhos de Paulo Wright e Francisca Trindade nos orientem neste novo tempo da Aqüicultura e Pesca no Brasil.

Coordenação da 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca